

ALMEIDA, Antonio José de, *Lumen Gentium. A transição necessária*. Paulus, 2005, 274 páginas.

Lucas Fernandes Bombazar*

Este trabalho do padre Antônio José de Almeida é, como a contracapa da obra diz, “uma tentativa de lançar de novo a semente do Concílio no solo invernal da Igreja”. Essa afirmação é suficiente para uma breve apresentação da grande preocupação do autor. “*Lumen Gentium. A transição necessária*” vem ser uma voz profética no seio da Igreja contemporânea. Sinal de que, no tempo forte em que vivemos, neste ano quando vamos comemorar os 50 anos do grande *aggiornamento* conciliar, suas decisões devem ser constantemente retomadas. A obra, composta por muitos, mas breves capítulos, é portadora de uma didática particular que envolve a pessoa que a lê.

Na introdução, (p. 13-24) o autor apresenta um resumo dos dois milênios de história na Igreja. Vinte e um concílios fazem parte dessa história. Os concílios demonstram claramente que a essência da Igreja é ser, antes de mais nada, uma Igreja de comunhão. Pois “o concílio é, na verdade, a expressão máxima da comunhão eclesial em sua dimensão visível e institucional. “ (p. 14) Dentre todos os concílios, que abordaram os mais variados temas voltados à doutrina e aos dogmas em si mesmos, o Vaticano II resgatou a dimensão *eclesiológica*. Assim como o *Verbo se fez carne*, e isso foi tratado em outros concílios com muita propriedade, a *Igreja se fez história*. E disso sabiamente o Concílio Vaticano II se ocupou.

Dois memoráveis documentos fazem parte deste *corpus conciliare*: a constituição dogmática *Lumen Gentium*, tratando especificamente da essência da Igreja e a constituição pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a missão da Igreja no mundo de hoje. Um concílio essencialmente pastoral,

* O recensor é Bacharel em Filosofia pela Faculdade Vicentina de Curitiba PR e acadêmico do sétimo semestre de Teologia do Instituto Teológico de Santa Catarina.



que fez a Igreja dar passos à frente de seu tempo. E agora mais do que nunca esses passos precisam ser renovados.

O segundo capítulo (p. 25-45) apresenta a inspiração de um Papa considerado por muitos como um *papa de transição*, João XXIII, que surpreendeu o mundo com a inauguração de um concílio que realmente mexeu com toda a Igreja. Passou-se assim de uma Igreja *ad intra*, estagnada, para uma Igreja *ad extra*, peregrina, que caminha com os seres humanos, em busca do Reino definitivo. De fato, o Concílio contribuiu para a Igreja ir ao encontro dos irmãos separados, para a abertura ao Homem contemporâneo, e para a volta às fontes patrísticas e bíblicas, com uma inevitável conversão ao Evangelho.

Uma palavra chave, que o autor emprega repetidamente, é: *transição*. Dentre tantas transições necessárias, no segundo capítulo (p. 47-56) o autor trabalha a questão da *transição de uma linguagem conceitual e jurídica para uma linguagem imagética*. No concílio anterior, o Vaticano I, vimos a presença forte de uma Igreja ainda encharcada de resquícios da cristandade, preferindo a noção de “sociedade” à de “corpo místico de Cristo”. No Vaticano II, reforça-se a ideia da Igreja “Corpo de Cristo”, presente na *Lumen Gentium n. 7*, insistindo-se em que com isso não se está lidando simplesmente com uma “metáfora”, mas com uma realidade de Igreja organismo vivo, que liga e religa seus membros num só corpo.

O brevíssimo capítulo terceiro (p. 57-60), trata da *transição de uma Igreja voltada para si a uma Igreja voltada para Cristo*. Fruto desse processo é a compreensão de que, na Igreja, Cristo é sempre o centro. Antes reconhecendo-se como sociedade perfeita, a Igreja agora se entende como servidora da humanidade. O Reino de Deus é maior que a Igreja.

No quarto capítulo (p. 61-66), *Transição de uma eclesiologia “cristomonista” a uma eclesiologia “trinitária”*, mostra-se a Trindade como fonte e modelo da Igreja, embora Cristo possua um papel central, seja na vida intratrinitária (Trindade imanente), seja na sua manifestação histórica (Trindade econômica). Assim, pela eclesiologia do Corpo Místico, o Vaticano II reencontrou a inspiração trinitária do Novo Testamento.

Capítulo quinto (p. 67-72), a *transição de uma Igreja autofinalizada a uma Igreja reinocêntrica*. Na vida de Cristo, o Reino de Deus



foi o centro da sua pregação. E a Igreja, cujo início está ligado a essa proclamação, é na terra o germe e o início deste reino. A partir daí, pode-se responder à questão levantada pelo teólogo modernista Alfred Loisy: “Jesus anunciou o Reino e o que veio foi a Igreja.” Pode-se dizer, com o autor, que “*Jesus anunciou, sim, o Reino de Deus, não a Igreja; que a Igreja é diferente, sim, do Reino; mas a Igreja nasce e vive do vigor e da interpelação do Reino, como seu sinal, germe, início.*” (p. 70)

O capítulo sexto (p. 73-78), *A transição* de uma Igreja *societas* a uma Igreja *mysterion*, busca desenvolver a evolução que partiu da eclesiologia cristomonista – totalmente visibilista, institucional, que valorizou a categoria de Igreja-sociedade perfeita, para a visão conciliar de Igreja mistérica. Mistério no sentido bíblico-paulino, presente também nos Pais da Igreja. *A Lumen Gentium* ocupou-se, em seu primeiro capítulo, deste tema. No entanto, a Igreja não pode esquecer-se de que é atuante na história, se faz história.

Capítulo sétimo (p. 79-85): *A transição* de uma Igreja *societas inaequalis* a uma Igreja *Povo de Deus*. A Igreja era vista somente a partir de sua hierarquia (sociedade desigual). Era uma visão puramente institucional, jurídica, clerical, verticalista da Igreja. Assim a “eclesiologia consistia quase exclusivamente num tratado de direito canônico” (cf Y. CONGAR, O Concílio Vaticano II, p. 15). Com o Concílio, especialmente no capítulo segundo da *Lumen Gentium*, a noção de Povo de Deus vai ocupar o lugar que, na eclesiologia anterior, era indevidamente ocupado pela noção de “sociedade desigual”. E uma *revolução copernicana* acontece. Padre José Comblin faz uma equiparação muito feliz entre a renovação bíblica que antecedeu a reforma conciliar e o novo modelo eclesial, que, segundo ele, não devia ser novidade, uma vez que está claro na Escritura (Cf. J. COMBLIN, O Povo de Deus, p. 29).

O oitavo Capítulo (p. 87-91) trata da transição de uma Igreja *Societas Perfecta* a uma Igreja *Sacramentum Unitatis*. No contexto de Sociedade Perfeita, a Igreja assumiu matizes de conotações morais e ideológicas idealizadas, apresentando-se sem erros nem pecados, uma Igreja que pensava não necessitar de conversão ou de reforma. O concílio, porém, num documento especial, formulou o programa de uma Igreja no mundo atual, que não é mais o da Cristandade. Por isso, esse documento se intitula: *Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje*. Essa Igreja se faz, verdadeiramente, “irmã dos homens.” (Cf. *Eclesiam Suam* 90). Sabendo de sua missão no mundo, a Igreja não se



dissolve na história, mas tem uma responsabilidade histórica não apenas acidental, mas essencial.

Nono capítulo (p. 93-97): A transição de uma Igreja centralizadora para uma Igreja de co-responsabilidade. Como se percebe pela exposição do autor desde os capítulos anteriores, a Igreja anterior ao Vaticano II é uma Igreja centralizadora. Aos poucos, foi chegando à noção correta de que a Igreja universal não é uma diocese gigantesca espalhada pelos quatro cantos do mundo, mas é de fato constituída por um sem número de igrejas locais, verdadeiras “igrejas”.

Capítulo décimo (p. 99-104): De uma Igreja *in statu gloriae* a uma Igreja *in itinere histórico*. Seguindo as pegadas do Papa Bom, o bispo de Bruges, De Smedt, chamou a atenção de todos para compreenderem a Igreja como “especialista em humanidade”, especialmente incumbida de proclamar a liberdade de consciência de todo ser humano e combater “*a trilogia do clericalismo, do juridismo, do triunfalismo.*” Todo o aparato institucional deve estar subordinado ao anúncio do evangelho e à comunhão de vida em Cristo. A santidade da Igreja é verdadeira, embora imperfeita, pois é “o povo de Deus a caminho”. Enquanto vive no tempo, ela traz em si a figura deste mundo que passa. Pois está imersa na história humana, com suas luzes e sombras.

Capítulo onze (p. 105- 114): transição de uma Igreja *Dómina, Mater et Magistra* a uma *Igreja Serva*. É perceptível para os historiadores da eclesiologia a diferença entre a Igreja dos Pais (fim do século II ao século VIII) e a Igreja Moderna (final do século XVI, senão já desde o final do século XIV). Essa eclesiologia não era outra coisa senão um tratado de direito público eclesiástico em versão apologética. O autor explica como a Igreja foi mudando e se conformando ao poder vigente. Ela se tornou Mãe e Mestra, ou seja, um princípio indiscutível de autoridade. Assim foi-se infiltrando na Igreja a exterioridade ritual, a ostentação presente nas indumentárias, as insígnias e distintivos eclesiais. O próprio episcopado e presbiterado se tornam mais um *status*, confirmado por vestimentas exteriores que imitavam as dos imperadores e pessoas ligadas ao poder. Veja-se a opinião de São Bernardo (séc. XII) sobre tudo isso: “*Aquilo que agora se chama cúria Romana, antes se chamava igreja Romana. Ninguém refere que Pedro andasse ornado de pedras preciosas, vestido de seda, coberto de ouro, montado num cavalo branco, rodeado de soldados ou acompanhado por um rumoroso séquito de criados... Em todas estas coisas, tu pareces ter sucedido não a Pedro, mas a Cons-*



tantino. Lembra-te de que a tua Igreja Romana é mãe, não dona das outras igrejas. Daí resulta que não és senhor de todos os bispos, mas um deles, irmão dos que amam a Deus.” (São BERNARDO, *Tractatus de Ecclesiasticis negotiis*). Quanto a isso o papa bom lembrava: “Precisamos com urgência sacudir a poeira imperial que foi caindo, desde Constantino, sobre o trono de São Pedro” (apud FESQUET, *Fioretti do bom Papa João*).

Para os homens e as mulheres de hoje, “não é de um maravilhoso hagiográfico nem do brilho de um cerimonial que virá o atrativo para a Igreja, mas muito mais do fato de se encontrar nela a verdade da relação espiritual de comunhão, na base de uma autêntica e exigente atitude evangélica de fé viva, de obediência interior, de oração verdadeira, de amor e de serviço” (apud Y. CONGAR, *Igreja serve e pobre*, p. 155). Essa é a Igreja do serviço, consagrada pelo Vaticano II. Para todos os seminaristas, a recordação da *Optatam Totius*, n. 9: “convençam-se os estudantes uma vez por todas que não é ao poder e às honras que eles se destinam, mas que se abandonem totalmente ao serviço de Deus e ao ministério Pastoral...”.

Capítulo doze: a transição de uma Igreja *comprometida com o poder* a uma Igreja *solidária com os pobres* (p. 115-131). A história revela que existe um antes e depois Constantino, para esse comprometimento da Igreja com o poder. De uma religião apenas tolerada, passou a uma religião reconhecida e por fim *privilegiada*. Aos poucos, Constantino tornou-se um “décimo terceiro Apóstolo”, ao ponto de convocar concílios, e de tomar decisões até sobre questões doutrinárias. Essa relação do espiritual/temporal foi bem administrada por papas como Gregório Magno (590-604). Outras vezes, mal interpretada por papas como Gregório VII (1073-1085), ou Inocêncio III (1198-1216), ou ainda Bonifácio VIII, cerca de 1300, com a polémica bula *Unam Sanctam*: “Declaramos, afirmamos, definimos e pronunciamos que é absolutamente necessário para a salvação de toda criatura humana que ela esteja sujeita ao pontífice romano.” Infelizmente, essa eclesiologia de cristandade prevaleceu até a época moderna.

Mas é maravilhoso lembrar que, mesmo em meio a tantas sombras, brilham fortes luzes. O exemplo de Gregório Magno, que, no início do século VII, respondeu ao Patriarca de Alexandria, que o saudara com o título de ‘bispo universal’: “*Vossa Beatitude (...) peço-lhe que não utilize essas palavras falando de mim, pois sei o que sou e o que vós sois. Pela*



posição, vós sois meus irmãos; pelas tradições, sois meus pais” (Cf. GREGÓRIO I, *Epist. VIII*). Em nosso tempo, não podemos esquecer homens santos como Dom Hélder Câmara, entre outros que deram um contributo determinante no andamento do Concílio Vaticano II. Agora nasce a eclesiologia dos pobres, do Verbo encarnado na realidade do mundo contemporâneo, agora pode o mundo estar certo de que “a Igreja olha para ele com profunda compreensão, com sincera admiração e com o puro propósito não de conquistá-lo, mas de valorizá-lo; não de condená-lo, mas de confortá-lo e salvá-lo” (Paulo VI, discurso na abertura do segundo período do Concílio, em 1963).

O décimo terceiro capítulo aborda a transição de uma Igreja *Arca de Salvação* a uma Igreja *Sacramento de Salvação* (p. 133-160). Desde muito cedo, já com Cipriano de Cartago (séc. III), em clima de controvérsia, propagou-se o princípio: “*extra Ecclesiam nulla salus*”, muitas vezes interpretado rigidamente. Assim, enquanto a teologia mantém aberta a possibilidade de uma salvação universal, o magistério insiste em chamar a atenção para a unicidade da Igreja verdadeira, a Católica romana. ação à salvação escatológica. Mas, com o confronto entre as diversas culturas e religiões, sob o modelo da relação entre o uno e o múltiplo, constatou-se que é impossível encerrar Deus em formas históricas. Nesse sentido, graças a humanistas como Pico Della Mirandola e Nicolau de Cusa (séc. XV), encontrou-se uma nova base para a unidade do gênero humano. Descobriu-se paulatinamente que a unidade não se encontra num movimento que conduz para dentro do cristianismo, mas numa recondução do múltiplo ao uno transcendente (Renascimento).

O autor comenta quatro tendências principais relacionadas entre si: a historização, a generalização, a racionalização e o antropocentrismo. A *historização* – servindo-se do modelo histórico-evolutivo leva, por um lado, a valorizar cada acontecimento em sua singularidade e irrepetibilidade; por outro, a colocar a verdade última, definitiva, além da história. A historização do mundo leva à desistorização e à espiritualização do religioso. Com a Reforma Protestante, a Igreja veio supervalorizar a apologética e assim se autoafirmar como único caminho de salvação. Eram os três degraus da apologética católica: o ser humano é naturalmente religioso; em seguida, o cristianismo é a verdadeira religião; finalmente, é a Igreja Católica a verdadeira Igreja. Enfim, retomando a percepção de Justino Mártir (séc. II), da presença das *sementes do Verbo* em outras culturas e religiões, chegou-se, no Vaticano II, à *Lumen Gentium*, na qual é evidente a transição de um modelo eclesiológico para outro. O Concí-



lio não nega a necessidade da Igreja para a salvação (LG 14), mas o faz com um enfoque inovador, não mais exclusivo mas inclusivo. Assim, do axioma: “fora da Igreja não há salvação”, passamos para outro: “fora de Cristo, no qual subsiste a Igreja, não há salvação.” Percebe-se uma diferença qualitativa na reflexão teológica, e a busca continua hoje, cinquenta anos depois! Mais que no eclesiocentrismo, insiste-se no teocentrismo”, no sentido em que tudo se origina em Deus e a Deus tende, e a Igreja tem valor somente enquanto sinal e instrumento de Deus.

No capítulo quatorze (p. 161-177), apresenta-se o necessário nexos entre a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e a Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes*. O autor demonstra que entre ambas não há oposição, mas sim complementaridade. É a transição assim expressa pelo cardeal Suenens: “uma Igreja *ad intra*, que passa a ser a Igreja *ad extra*.” (p. 161). O elo que liga ambas as constituições é a concepção de “Igreja Sacramento de Salvação”. A Igreja é e “sacramento de unidade dos homens com Deus e entre si”, pois é, neste mundo, a presença misteriosa de Deus, sem esgotá-la. Para a *Gaudium et Spes*, a expressão “Igreja no Mundo” está ligada à idéia de uma história assumida pelos seres humanos, e, ao mesmo tempo, movida por Deus. “Mundo” não é aqui concebido no sentido negativo, mas é o gênero humano e sua história. A missão de Cristo é a missão da Igreja, sem contraposição. Cristo abraçou a humanidade em suas dores, esperanças e contradições, assim do mesmo modo a Igreja abraça “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e das mulheres de hoje.” (Cf. *GS* 1) Trilhar a história humana é dar continuidade ao caminho de salvação iniciado por Cristo.

A grande razão teológica que motivou o Concílio Vaticano II a buscar uma Igreja aberta ao diálogo, não fechada em si mesma, é a concepção cristã de ser humano como “imagem e semelhança de Deus”. Essa certeza, própria da fé, rege toda a lógica da *Gaudium et Spes* quanto à atitude dos cristãos e cristãs em relação aos demais seres humanos. É a lógica do diálogo e do mútuo enriquecimento. A história humana é também portadora do mistério. Não existem duas histórias: uma profana e outra sagrada. Uma só é a história da salvação.

A transição de uma Igreja que se autoentendia como *sociedade perfeita* a uma Igreja chamada a compreender-se como “sacramento da união íntima com Deus”, é um processo não só necessário, mas também doloroso. Existem tentações e serem superadas. A tentação de antecipar o “ano sabático” numa ilha de tranquilidade, enquanto a humanidade se



agita em meio às ondas tempestuosas de seus projetos históricos. Essa transição, e todas as transições apresentadas ao longo dos capítulos deste livro, exige sem dúvida uma conversão profunda de cada um. Deus é o Deus da história. O Verbo se fez carne. A Igreja se fez história. Se alguém ainda pensa num cristianismo desencarnado e descomprometido com “as dores e angústias dos homens e mulheres de hoje”, esse alguém é herege, pois não crê que o Filho de Deus veio na *carne* (Cf. 1 Jo 4,2), e consequentemente não vive isso na sua vida e nas suas opções.

No último capítulo (p. 179-190), o autor conclui a obra com a temática mariana: a transição *de uma mariologia apenas “cristotípica”* (à luz de Cristo), *a uma mariologia também “eclesiotípica”* (à luz da Igreja). A humildade de Maria sempre nos ensina. E o capítulo VIII da *Lumen Gentium*, apresentando Maria como ícone, mas membro da Igreja – não dela separada – é um verdadeiro divisor de águas para a mariologia, superando o temor de alguns Padres de que a inclusão de Maria no esquema eclesiológico significaria uma diminuição da glória da Mãe do Senhor. O texto do referido capítulo VIII contém o que havia de melhor na tradição mariológica católica. O gênero literário aplicado é bíblico e narrativo, uma opção feliz, sobretudo numa perspectiva ecumênica. Em sua metodologia, mostra os quatro pontos fundantes desta mariologia: o princípio da *solidariedade* (ou seja, do estreito envolvimento de Maria na história de Jesus); o princípio da *singularidade* (a relação única de Maria com Jesus); o princípio da *eminência* (Maria representa o máximo da eficácia da graça de Cristo num ser humano não assumido hipostaticamente); o princípio de *exemplaridade* (consequência dos princípios anteriores, Maria representa o modelo, o exemplar, o tipo daquilo que o cristão e a cristã são chamados a ser).

Concluamos, com o autor. A Igreja é não apenas sinal, mas realidade da salvação. Se, de um lado, o aspecto espiritual se manifesta no institucional, que age como sinal e instrumento do primeiro, por outro, o aspecto social da Igreja é sustentado, vivificado e justificado pela realidade espiritual, que o envolve e permeia. Este é o verdadeiro equilíbrio de uma Igreja simultaneamente visível e espiritual. Se os Bispos viajaram a Roma, para o Concílio, como “*príncipes*”, mesmo na melhor acepção do termo, de lá voltaram como “*servos dos servos de Deus.*” Esta é a característica dessa *Ecclesia Semper Reformanda e Casta Meretrix*, uma Igreja sempre em vias de conversão, com a consciência de que é santa e pecadora, não num dualismo inconciliável mas num sentido pleno do ser divina e humana. Uma Igreja peregrina, povo de Deus, Igreja mais



carismática e por isso plural; feita de unidade na multiplicidade; uma Igreja toda ministerial, ecumênica e mariana. Eis a Igreja do Concílio mais eclesiológico e pastoral de todos os já realizados. Vale a pena revisitá-lo, para dele poder colher os frutos ainda não percebidos.

Endereço do Recensor:

Rua Cônego Thomaz Fontes, 192
Bairro Santa Mônica
CEP 88035-030 Florianópolis, SC



Livros de nossos professores

BESEN, José Artulino, *História da Igreja no Brasil – O Evangelho acolhido pelos pobres*, São Paulo, Ed. Mundo e Missão, 2012, 22.5 x 15.5 cm., 280 p.

*Pe. Ney Brasil Pereira**

Parte deste livro foi escrita no contexto histórico da celebração dos 500 anos do Brasil e do Projeto Rumo ao Novo Milênio. Reformulado totalmente e ampliado, 12 anos depois, continua dirigido a quem desejar ter um primeiro contato com a história da vida católica brasileira. São pontos da história da Igreja a partir do povo, dos pobres, os verdadeiros agentes da história eclesial, e sempre a maioria da população brasileira. Nesse povo, estão incluídos todos aqueles que trabalharam pela causa do Reino em nosso país. A história novamente se volta para pessoas cuja vida transforma uma época ou instituição. Está muito forte a aceitação de biografias. Convicto dessa importância na vida da Igreja – ninguém pode negar que Francisco de Assis mudou o século em que viveu – o autor procurou nesta edição traçar pequenas biografias, apresentar homens e mulheres que, de modo excepcional, se consagraram ao Evangelho do Senhor. Deveria ser aumentada a lista, mas o espaço de um livro impõe limitações e escolhas.

A atenção dedicada aos indígenas, aos negros, aos missionários populares, como Pe. Ibiapina, Pe. Cícero, às mulheres plantadoras e sustentáculo de comunidades, leva o leitor à alegria do Evangelho encarnado no mundo do povo, dos humildes que aceitam a Boa Nova de Jesus de Nazaré. As figuras ímpares de Dom Hélder, Dom Luciano, Dom Aloísio revelam a grandeza desses homens, verdadeiros Pais da Igreja.

Chama atenção a qualidade gráfica, a riqueza de imagens que, por si só, explicitam a História. Pe. José Artulino Besen, há 38 anos professor de História da Igreja no ITESC, conseguiu transmitir, com clareza e sinceridade, a beleza e riqueza do Evangelho acolhido pelos pobres.

* O recensor é Mestre em Ciências Bíblicas e professor do ITESC e da Faculdade Católica de Santa Catarina, FACASC, em Florianópolis.



BESEN, José Artulino, *História da Igreja – da idade apostólica aos nossos tempos*, São Paulo, Ed. Mundo e Missão, 2012, 22.5 x 15,5 cm., 295 p. 2. ed.

Pe. Ney Brasil Pereira*

Uma “História da Igreja” diferente. Diferente pelo espírito “de humildade e realismo” com que foi elaborada e publicada. Uma História da Igreja que leva à penitência e à gratidão a Deus, pela superação dos pecados. Uma “História da Igreja” diferente, como vê-se nas palavras do autor: “Ao elaborar esta breve História da Igreja, tive de fazer escolhas no tratar alguns temas e deixar outros de igual ou até maior importância, oferecendo uma visão complexiva do acontecer da Igreja situada na história dos homens, e assumindo atitude ecumênica no respeito às outras histórias de Igrejas e Comunidades cristãs.” A obra, publicada em comemoração do Grande Jubileu, no ano 2000, sai agora, revista, em 2ª edição.

É significativa a citação de Santo Agostinho, encabeçando todo o livro: “A arca de Noé tinha tanto o corvo como a pomba, os dois gêneros. Se a arca é prefiguração da Igreja, observai que, neste dilúvio do mundo, é inevitável que a Igreja contenha os dois gêneros, tanto o corvo como a pomba. Quem são os corvos? São aqueles que buscam as próprias coisas. Quem são as pombas? São aqueles que procuram as coisas que são de Cristo” (Agostinho, *In Joan. Ev. 6,2*). E ainda, do autor, o convite ao leitor: “O leitor é convidado a não deter-se nos pecados ou nas vitórias, mas a ter sempre presente que a *confessio peccati* é também *confessio laudis*: confessando nossos pecados, proclamamos o louvor de Deus” (p.10).

Quanto ao capítulo final (capítulo 75, pp. 288-292), o autor faz questão de fechar o seu livro com a memória do gesto profético de João Paulo II, sua grande confissão, na quaresma do Ano Santo do Grande Jubileu. Após esse gesto, conclui o autor, “todo triunfalismo na Igreja não passa de doença espiritual de almas reacionárias. Se o uso do poder provocou tantos pecados, o caminho que Jesus oferece aos seus discípulos é o do humilde serviço evangélico ao ser humano” (p. 292).

Creio que esta “História da Igreja” fará um grande bem. A franqueza, ou, como já dito acima, o “espírito de humildade e realismo” com que aborda os diversos temas, mesmo os mais espinhosos (século de ferro,



Inquisição, Reforma, absolutismo, questão social etc), contribuirá com certeza para seu positivo esclarecimento. Do ponto de vista didático, os pequenos capítulos se prestam a seminários, palestras, debates, nos cursos de Teologia para leigos ou em cursos de cultura religiosa nas universidades. Parabéns ao autor.

E-mail do Recensor:
ney.brasil@itesc.org.br